



A ARQUIVÍSTICA COMO DISCIPLINA APLICADA NO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Fernanda Ribeiro

Doutora em Ciências Documentais pela Universidade do Porto, Portugal;

Professora da Universidade do Porto, Portugal

E-mail: fribeiro.hierro@netcabo.pt

Resumo

Apesar de os arquivos terem origens muito remotas, que se podem confundir com as origens da própria escrita, a Arquivística como disciplina só no século XIX e no quadro do historicismo e do positivismo, se começou a afirmar, numa perspectiva de “ciência auxiliar” da História. Esta perspectiva historicista e custodial adquiriu novos contornos por alturas da viragem do século, graças à afirmação da vertente tecnicista, que se desenvolveu ao longo de todo o século XX, por efeito das condições sociais, económicas e culturais derivadas da revolução tecnológica em curso. Neste texto põe-se em confronto o tradicional paradigma historicista, custodial e tecnicista da Arquivística com um novo paradigma emergente, apelidado de pós-custodial, informacional e científico que entende esta disciplina como um saber aplicado do campo da Ciência da Informação, sendo apresentados os fundamentos epistemológicos, teóricos e metodológicos da abordagem proposta.

Palavras-chave: Arquivística. Ciência da Informação. Paradigma.

1 DAS ORIGENS À REVOLUÇÃO FRANCESA: UMA EVOLUÇÃO SEM SOBRESSALTOS

Durante um largo período de desenvolvimento, que decorreu praticamente desde as origens da escrita ao fim do Antigo Regime, os sistemas de arquivo evoluíram de uma forma natural, acompanhando as necessidades dos respectivos organismos produtores/utilizadores da informação por eles custodiada. Na verdade, a origem dos arquivos confunde-se com o próprio surgimento da escrita, o que demonstra a ideia de que eles sempre foram encarados como bases e veículos de informação.

Os primeiros arquivos reuniam já ingredientes que vieram a tornar-se clássicos e que hoje são ainda assumidos pela disciplina: estrutura orgânica coerente, em correspondência com as funções e com a actividade das entidades produtoras; regras de controlo e matriz diplomática eficazes, como forma de garantir a identidade e a autenticidade dos documentos; valor como testemunho e como instrumento de informação.

A prática das civilizações pré-clássicas já assentava em princípios intuitivamente assumidos e o desenvolvimento da administração e da jurisprudência, bem como a afirmação da cultura greco-latina, permitiram avanços muito significativos no domínio da organização arquivística.

Na transição do Mundo Antigo para a Idade Média deu-se a cristalização do conceito e a vulgarização do termo *arquivo*. Contudo, existe um grande vazio de conhecimentos sobre o processo arquivístico até quase à Época Moderna, o qual resulta da fragilidade dos suportes documentais utilizados (como o papiro) e da usura do tempo, contribuindo para que o mais importantes arquivos fossem completamente destruídos ou desarticulados, restando poucas notícias a seu respeito.

Desde muito cedo, a instabilidade política e social levou à mutilação e à transferência de arquivos, conduzindo a uma quebra da sua estrutura sistémica original. A migração de

arquivos deu-se, em parte, pelo reconhecimento da sua importância estratégica, como meio de informação e como um produto/recurso das sociedades.

A evolução do sistema administrativo contribuiu também para a instabilidade dos arquivos. No século XIV voltam a desenvolver-se os arquivos da administração e, nas grandes cortes europeias, assiste-se à nomeação de arquivistas oficiais, incumbidos de organizar inventários, garantir a autenticidade dos documentos e elaborar as “memórias” dos seus patronos. A experiência dos Estados peninsulares demonstra existir um processo evolutivo, sem sobressaltos, da Idade Média para a Época Moderna.

No século XVII, começaram a aparecer diversos manuais, portadores de uma concepção jurídica da realidade arquivística. O trabalho nos arquivos passou a assentar em normas escritas, que contribuíam para a organização do saber.

Com o movimento iluminista, que suscitou a intensificação da procura dos arquivos, começa a enfatizar-se o chamado “valor secundário” dos documentos. Uma das consequências nefastas desta nova curiosidade pelos arquivos foi o desvio introduzido pelas classificações metódicas e a preferência pela ordenação cronológica dos documentos, sem atender ao seu contexto produtor, mas indo de encontro a interesses externos. Na área administrativa surgiram, contudo, algumas propostas isoladas sobre matérias que iriam dar corpo à disciplina: classificação dos acervos por departamentos de origem, organização de incorporações trienais e selecção por amostragem (SILVA et al., 2002).

2 A REVOLUÇÃO FRANCESA: AS ALTERAÇÕES ESTRUTURAIS NOS ARQUIVOS E O SURGIMENTO DA ARQUIVÍSTICA COMO DISCIPLINA

Com a Revolução Francesa, os arquivos sofreram o efeito modelador da viragem estrutural ocorrida no processo histórico, com particular destaque para as implicações político-ideológicas, institucionais e jurídico-administrativas. Os chamados arquivos históricos (serviços públicos) surgem ao serviço da memória do novo Estado-Nação e formaliza-se, pela primeira vez, o propósito de liberalização do acesso aos arquivos pela generalidade da população. A criação de um órgão nacional, especificamente vocacionado para a superintendência dos arquivos, foi outro importante contributo da Revolução Francesa.

A política concentracionista do novo regime teve, porém, consequências desastrosas, ao promover incorporações em massa, às quais se sucedeu uma reordenação metódica dos documentos, a partir de classificações anti-naturais que adulteraram a sua orgânica original.

A desorganização instaurada pelas reclassificações provocou um inevitável alarme e fez com que o governo francês, em 1841, emitisse uma circular para repor a ordem nos arquivos departamentais e comunais¹. Pela primeira vez, se consagrou, a título oficial, o “princípio do respeito pelos fundos”, o qual tem sido considerado como o fundamento clássico da Arquivística. No entanto, os resultados não foram, de início, tão efectivos como seria de supor, dado que veio a ser adoptada uma solução híbrida: o “fundo” era considerado uma entidade indivisível, mas a sua ordem interna ficava sujeita a critérios alheios à respectiva organicidade.

A constatação desta incongruência levou a que, em Itália, se propusesse a adaptação daquele princípio de acordo com o chamado “método histórico” (1867). Era, assim, defendido, também, o “respeito pela ordem original”, ou seja, a preservação dos critérios organizativos praticados pela entidade produtora.

¹ Referimo-nos à circular do Ministério do Interior francês, intitulada *Instructions pour la mise en ordre et le classement des archives départementales et communales*, que foi redigida pelo arquivista e historiador, Natalis de Wailly.

O século XIX caracterizou-se pela ocorrência de novas deturpações sobre a função dos arquivos e sobre os princípios de organização. A Arquivística emerge como disciplina, mas com o estatuto de “auxiliar” da Ciência Histórica, ligando-se à Paleografia e à Diplomática, dentro dos parâmetros metodológicos do conhecimento histórico. Os arquivos passaram, muitas vezes, a ser geridos por pessoas sem formação administrativa, que, activamente, provocaram a desagregação de muitos acervos documentais. Embora se deva reconhecer os benefícios da recolha de fontes e da produção de instrumentos de pesquisa, que marcaram amplamente este período, os efeitos perversos são evidentes. Começou, então, a acentuar-se o primado discriminatório do valor dos documentos de interesse histórico e, para além disto, o desenvolvimento dos arquivos destinados a incorporar esse tipo de documentos fez com que crescessem, de forma artificial, serviços especializados, cuja exclusiva função passou a ser a de preservar e tornar acessível a documentação que custodiavam, num crescente e nocivo afastamento das administrações produtoras.

A edição do “Manual Holandês”, da autoria de S. Muller, J. H. Feith e R. Fruin (1898), marcou o início de um novo período, em que o predomínio da vertente técnica se vai afirmar definitivamente, libertando a teoria e a prática dos arquivos da dependência directa das concepções historiográficas. E não terá sido por acaso que, nessa época, se começou a vulgarizar o termo *Arquivística*, para definir um campo de saber específico, dirigido a funções técnicas que se, por um lado, valorizavam a custódia, por outro, incidiam sobre o controlo e a avaliação dos documentos (da fase corrente até à definitiva). Esta nova perspectiva não tardou a ser confrontada com o impacte da industrialização e da complexificação burocrática, que acarretaram novos desafios para a disciplina.

No período entre Guerras, a Arquivística descritiva, desenvolvida em torno da noção instrumental e incorporacionista de “fundo”, começou a dar espaço a outro tipo de preocupações, nomeadamente ao nível da gestão de arquivos e da cooperação. O problema das eliminações tornou-se, também, um tema emergente ao longo deste período, devido ao considerável aumento da produção documental.

Com o agravar da situação pelo aumento incomensurável de documentos nas administrações, após a 2ª Guerra Mundial, generalizou-se o apodítico princípio das “três idades do arquivo”, que pode ter tido origem em Itália, no início do século XX, por meras razões práticas de instalação dos documentos. Se é certo que esta pretensa teoria parece apontar para uma cadeia relativamente ininterrupta no ciclo de vida dos documentos, a verdade é que gerou um efeito perverso, ao levar à criação de serviços e de depósitos, a maior parte das vezes desarticulados entre si, provocando, assim, distorsões *contra-naturam* em unidades sistémicas que, desde há milénios, possuíam uma sólida coerência interna.

Nos Estados Unidos da América, por razões de ordem pragmática, apareceu o conceito operatório de *record group* e a actividade profissional do *records management*. Em tal quadro, a gestão documental começou a afirmar-se como uma nova área disciplinar, num estreito vínculo com a administração, num certo repúdio pela arquivística (disciplina auxiliar da História) e num perigoso corte epistemológico entre diacronia e sincronia da informação social.

O nascimento do Conselho Internacional de Arquivos, em 1948, permitiu um debate mais alargado sobre os fundamentos da disciplina. A separação que se estabeleceu entre *records* e *archives*, sobretudo na tradição cultural anglo-saxónica, acabou por gerar, forçosamente, novas preocupações de indole teórica.

Nos anos mais recentes, começou a ser defendida a inserção da Arquivística no campo da Ciência da Informação. Foi o início da era “pós-custodial” em que os arquivos emergem como sistemas de informação, cuja complexidade nem sempre se confina à ordem material dos documentos e cuja organicidade transcende as vicissitudes da sua tradição custodial.

Com efeito, a partir dos anos 80, a nova revolução tecnológica e social, ilustrada pela vertiginosa evolução em curso, sobretudo, no domínio do audiovisual e da telemática, forçou a emergência de uma situação transitória, anunciadora de um novo ciclo, concretamente para as disciplinas, como a Arquivística, relacionadas com o fenómeno social da informação.

A percepção do impasse e do salto epistemológico, que afectam, hoje, o conhecimento empírico construído em torno de tal fenómeno, não é ainda partilhada por muitos cientistas da informação, porque não é ainda muito nítida a fundamentação epistemológica das suas respectivas ciências e, em especial, das até agora chamadas “ciências documentais”.

3 A TRANSIÇÃO DE PARADIGMAS NA ERA PÓS-CUSTODIAL

Neste percurso evolutivo da Arquivística, brevemente delineado nos pontos anteriores, podemos considerar três fases, que a seguir se caracterizam de forma esquemática, devidamente enquadradas no devir do processo histórico (ver Fig. 1):

- a fase sincrética e custodial;
- a fase técnica e custodial; e
- a fase científica e pós-custodial.

As duas primeiras fases enquadram-se no paradigma que se desenvolveu e consolidou após a Revolução Francesa e que apelidamos de custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista; a última insere-se no novo paradigma, em consolidação, que denominamos informacional, científico e pós-custodial.

O **paradigma custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista**, que se afirmou, desenvolveu e consolidou ao longo das centúrias de oitocentos e novecentos e que, por força da revolução tecnológica, entrou em crise e começou a gerar, no seu próprio seio, os factores de mudança que o iriam abalar fortemente a partir da década de oitenta do século passado, pode ser caracterizado, em traços gerais, da seguinte forma (SILVA et al., 1999; SILVA; RIBEIRO, 2002; SILVA, 2006):

- sobrevalorização da custódia ou guarda, conservação e restauro do suporte, como função basilar da actividade profissional de arquivistas e bibliotecários;
- identificação do serviço/missão custodial e público de Arquivo e de Biblioteca, com a preservação da cultura “erudita”, “letrada” ou “intelectualizada” (as artes, as letras e as ciências), em antinomia mais ou menos explícita, com a cultura popular, “de massas” e de entretenimento;
- ênfase da memória como fonte legitimadora do Estado-Nação e da cultura como reforço identitário do mesmo Estado e respectivo Povo, sob a égide de ideologias de viés nacionalista;
- importância crescente do acesso ao “conteúdo”, através de instrumentos de pesquisa (guias, inventários, catálogos e índices) e do aprofundamento dos modelos de classificação e indexação, derivados do importante legado tecnicista e normativo dos belgas Paul Otlet e Henri La Fontaine, com impacto na área da documentação científica e técnica, possibilitando a multiplicação de Centros e Serviços de Documentação/Informação, menos vocacionados para a custódia e mais para a disseminação informacional;
- prevalência da divisão profissional decorrente da criação e desenvolvimento dos serviços/instituições Arquivo e Biblioteca, indutora de um arreigado e instintivo espírito corporativo que fomenta a confusão entre profissão e ciência (persiste a ideia equívoca de que as profissões de arquivista, de bibliotecário e de documentalista geram, naturalmente, disciplinas científicas autónomas como a Arquivística/Arquivologia, a Biblioteconomia/Bibliotecologia ou a Documentação) (SILVA, 2006).

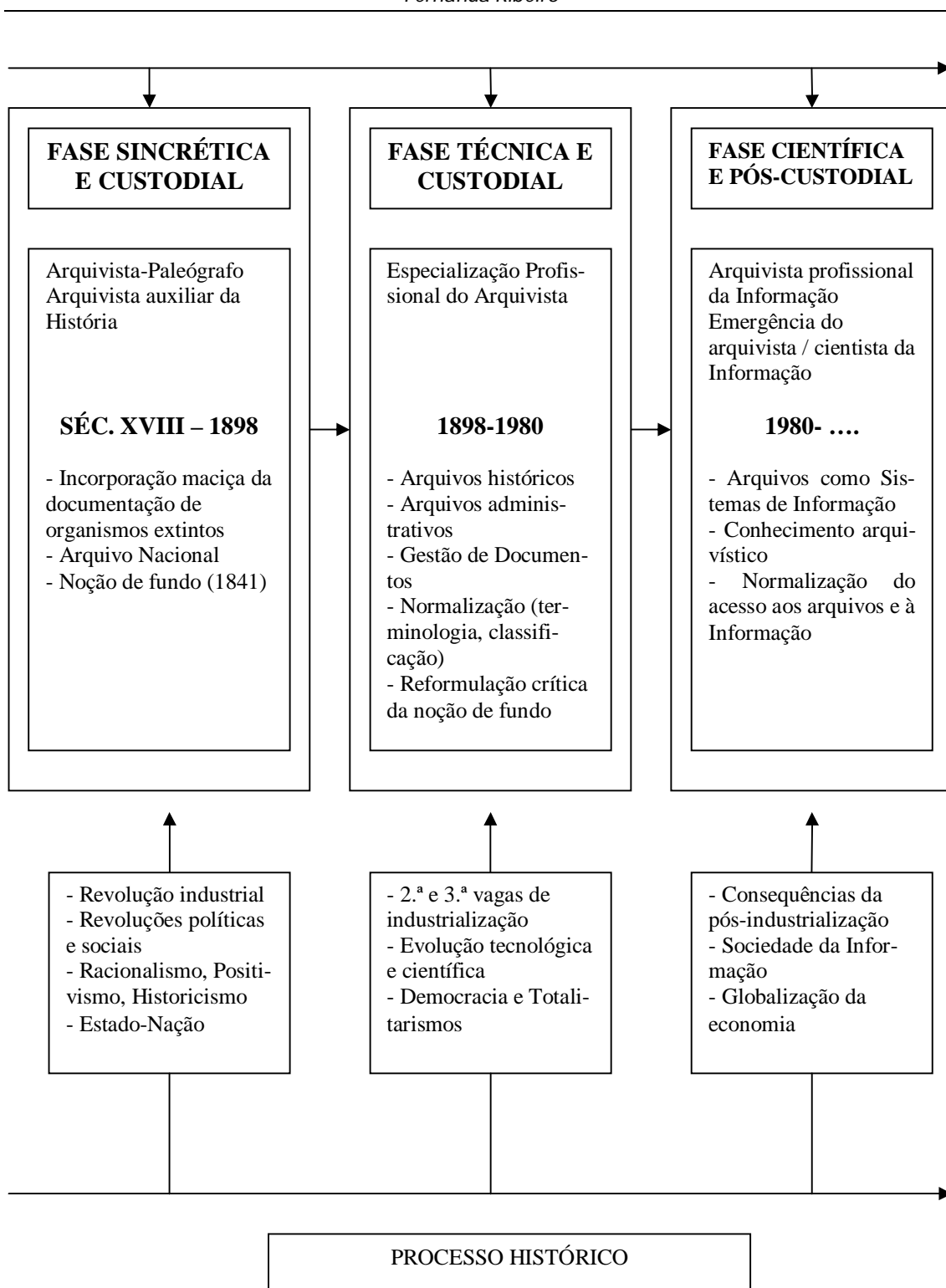


Figura 1 - O Processo Informacional relativo aos Arquivos

Fonte: elaboração própria

Estes traços não esgotam a caracterização possível do modo de ver e de agir dos profissionais da documentação/informação, uma vez que se vêem confrontados, na actualidade, com alterações estruturais propiciadoras da emergência de um novo paradigma

(informacional, científico e pós-custodial), que começou a despontar, há umas décadas, através do reforço da componente tecnicista do paradigma custodial, patrimonialista e historicista. Tal componente acentuou-se, a partir dos anos sessenta do século XX, com a generalização do legado de Paul Otlet e Henri La Fontaine e com a intensificação de políticas centradas na difusão da informação científica e técnica e com a afirmação do Estado Cultural.

Na actualidade, não se perspectiva o fim do Estado Cultural, democrático, intervencionista e modelado pelo capitalismo financeiro e informacional, mas é cada vez mais evidente, de acordo com David Lyon, o impacto da *Era da Informação* ou *Era Digital*, pela realização de tarefas relacionadas com a informação *editando, reunindo, armazenando, consultando e disseminando os dados disponíveis, porquanto os dados processados são formas de informação simbólica* (LYON, 1992, p. 141).

Ainda segundo David Lyon, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) vêm contribuindo para o desmoronamento de barreiras entre as categorias clássicas da informação, bastando para tal notar que um mesmo meio electrónico pode transportar a voz, o vídeo, dados técnicos ou financeiros, imagens fotográficas ou textos escritos, polivalência ou simultaneidade de funções que abatem velhas distinções, nomeadamente no caso da “edição electrónica” em que os papéis de escritor, de editor e de impressor se fundem num só (LYON, 1992, p. 141-142).

É, pois, no contexto da era da informação em pleno desenvolvimento e no quadro da revolução digital que o novo paradigma informacional, científico e pós-custodial se tem vindo a afirmar e a substituir o paradigma anterior. Contrapondo ao que anteriormente foi dito em jeito de caracterização do paradigma custodial, historicista e tecnicista, também se pode, em linhas gerais, enunciar uma série de características que ajudam a compreender a nova perspectiva que está em consolidação. Vejamos, então, como se caracteriza o novo **paradigma informacional, científico e pós-custodial**:

- valorização da informação enquanto fenómeno humano e social, sendo a materialização num qualquer suporte um epifenómeno;
- constatação do incessante e natural dinamismo informacional, oposto ao “imobilismo” documental, traduzindo-se aquele pelo trinómio criação/selecção natural/acesso-uso, e o segundo, na antinomia efémero *versus* permanência;
- prioridade máxima dada ao acesso à informação por todos, em condições bem definidas e transparentes, pois só o acesso público justifica e legitima a custódia e a preservação;
- imperativo de indagar, compreender e explicitar (conhecer) a informação social, através de modelos teórico-científicos cada vez mais exigentes e eficazes, em vez do universo rudimentar e fechado da prática empírica composta por um conjunto uniforme e acrítico de modos/regras de fazer, de procedimentos só aparentemente “assépticos” ou neutrais de criação, classificação, ordenação e recuperação;
- alteração do actual quadro teórico-funcional da actividade disciplinar e profissional por uma postura diferente, sintonizada com o universo dinâmico das Ciências Sociais e empenhada na compreensão do social e do cultural, com óbvias implicações nos modelos formativos dos futuros profissionais da informação;
- substituição da lógica instrumental, patente nas expressões “gestão de documentos” e “gestão da informação”, pela lógica científico-compreensiva da informação na gestão, isto é, a informação social está implicada no processo de gestão de qualquer entidade ou organização e, assim sendo, as práticas informacionais decorrem e articulam-se com as concepções e práticas dos gestores e actores e com a estrutura e cultura organizacionais, devendo o cientista da informação, em vez de ou antes de estabelecer regras operativas, compreender o sentido de tais práticas e apresentar dentro de certos modelos teóricos as soluções (retro ou) prospectivas mais adequadas (SILVA, 2006).

4 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

É no quadro do novo paradigma que assumimos a emergência da Ciência da Informação (CI), numa evolução natural das disciplinas práticas que a antecederam (Biblioteconomia, Arquivística, Documentação), isto é, sem rupturas radicais, mas antes numa perspectiva transdisciplinar que as integra como componentes aplicadas. Os diagramas que se seguem ilustram, precisamente, esta perspectiva e pretendem cartografar o campo científico e delimitar as fronteiras da CI, ao mesmo tempo que ilustram as suas relações inter e transdisciplinares (ver Fig. 2 e 3).

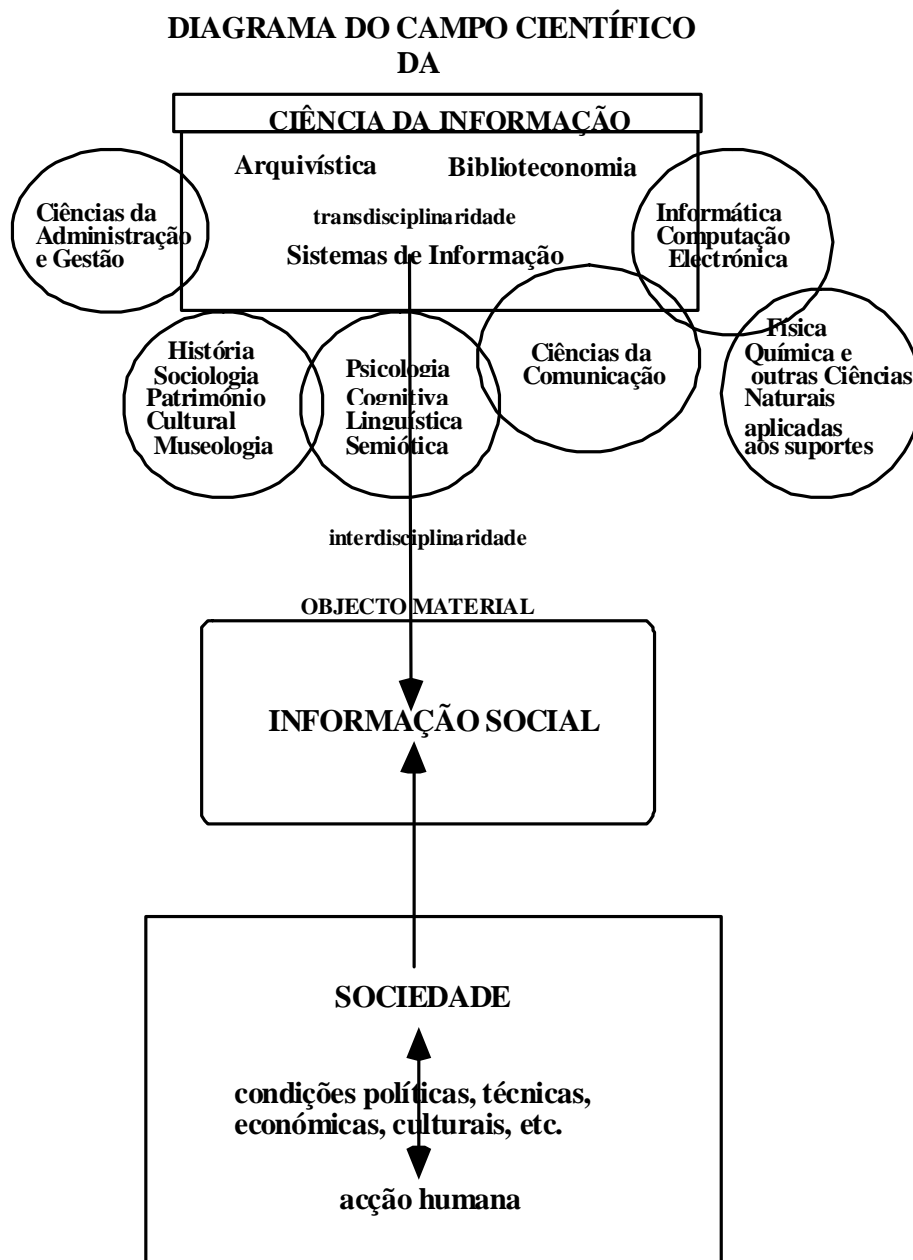


Figura 2 - Diagrama do Campo da Ciência da Informação
Fonte: SILVA, 2006, p. 28.

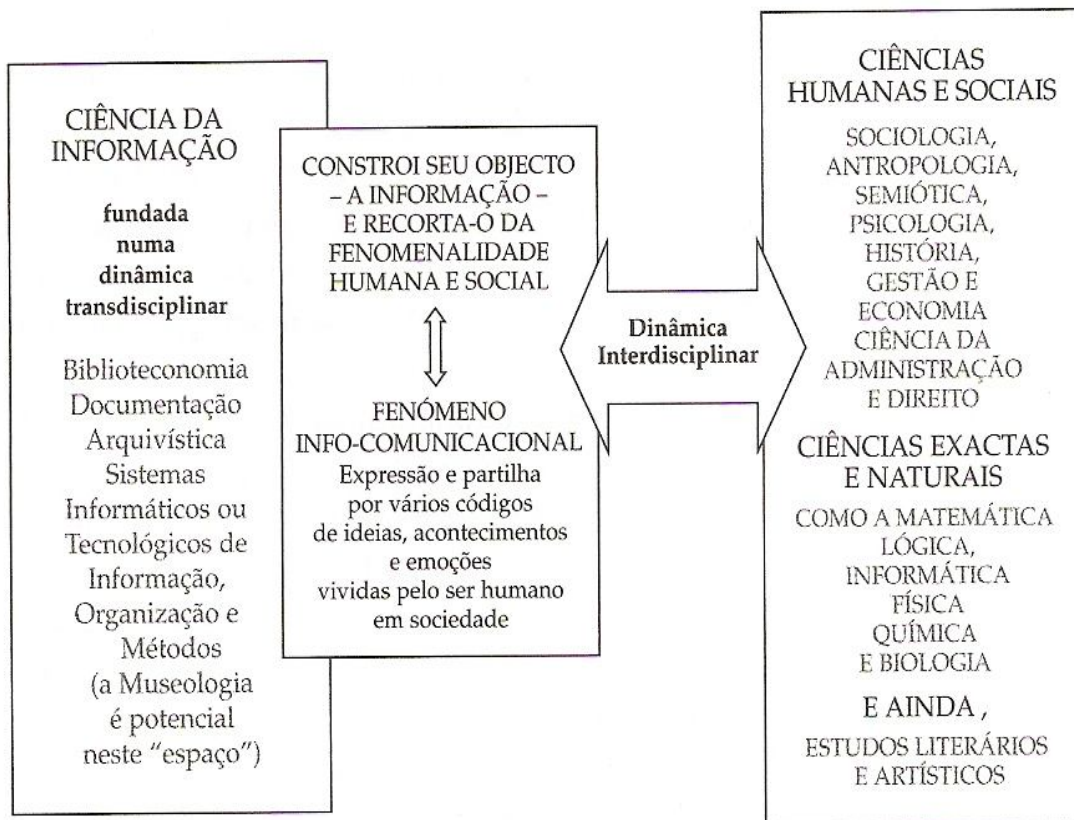


Figura 3 - Diagrama da construção trans e interdisciplinar da Ciência da Informação
 Fonte: SILVA, 2006, p. 28.

Ao pensarmos e fundamentarmos a CI, além do estabelecimento das suas fronteiras, é crucial a definição do seu objecto de estudo e a assunção de um método ajustado às características do fenómeno da Informação (social), enfatizando a sua componente qualitativa (embora não descurando os aspectos passíveis de análise e de investigação quantitativa), como, aliás, é próprio e específico das ciências sociais.

No que toca ao objecto da CI – a Informação –, ter como ponto de partida uma definição é, a nosso ver, um requisito indispensável, pois funciona como conceito operatório matricial. No já referido ensaio epistemológico, *Das “ciências” documentais à Ciência da Informação*, foi definida como segue:

Informação – conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direccionada (SILVA; RIBEIRO, 2002, p.37).

E, neste sentido, assume-se como o objecto de estudo e de trabalho da CI.

Complementando a definição, amplia-se a caracterização do fenómeno ‘informação’ pelo enunciado das suas propriedades, que, embora já mencionadas por Harold Borko em 1968 (BORKO, 1968), ou mesmo por Yves-François Le Coadic no seu livro intitulado *A Ciência da Informação* (LE COADIC, 2004), não haviam sido formuladas, a nosso ver, de uma forma

clarificadora. Assim, esse enunciado das propriedades da informação apresenta-se do seguinte modo:

estruturação pela acção (humana e social) – o acto individual e/ou colectivo funda e modela estruturalmente a informação;

integração dinâmica – o acto informacional está implicado ou resulta sempre tanto das condições e circunstâncias internas, como das externas do sujeito da acção;

pregnância – enunciação (máxima ou mínima) do sentido activo, ou seja, da acção fundadora e modeladora da informação;

quantificação – a codificação linguística, numérica ou gráfica é valorável ou mensurável quantitativamente;

reprodutividade – a informação é reprodutível sem limites, possibilitando a subsequente retenção/memorização; e

transmissibilidade – a (re)produção informacional é potencialmente transmissível ou comunicável.

Podemos, pois, considerar, de forma sintética, estes elementos caracterizadores da Informação, aliados à definição acima apresentada, como as bases mínimas e fundamentais para o discurso científico sobre o que consideramos ser o objecto de estudo e de trabalho da CI, área teórico-prática em consolidação, que dá sustentação a competências profissionais multifacetadas, em consonância com os contextos e as exigências do desempenho profissional.

Quanto à componente metodológica da CI, também em breves palavras, podemos compulсар o que desenvolvemos na obra *Das “ciências” documentais à Ciência da Informação* (SILVA; RIBEIRO, 2002). Consideramos o método de investigação quadripolar, concebido por Paul de Bruyne e outros autores (DE BRUYNE ; HERMAN ; SCHOUTHEETE,1974), como o dispositivo mais adequado às exigências do conhecimento da fenomenalidade informacional, uma vez que não se restringe a uma visão meramente instrumental. Trata-se de uma proposta na qual é recuperada a ideia essencial de ‘Método’ como conjunto completo de etapas indispensáveis para que o processo de identificação do problema, formulação de hipóteses, adopção de teorias e/ou modelos, comprovação destes através de operações ou procedimentos técnicos como a observação, o inquérito e respectivo tratamento quantitativo (estatístico), as entrevistas semi-estruturadas, a análise de conteúdo, etc., e a formalização final dos resultados. A sua dinâmica investigativa resulta de uma interacção entre quatro pólos – o epistemológico, o teórico, o técnico e o morfológico – permitindo uma permanente projecção dos paradigmas interpretativos, das teorias e dos modelos na operacionalização da pesquisa e na apresentação dos resultados da mesma (LESSARD-HÉBERT; GOYETTE; BOUTIN, 1994).

No **pólo epistemológico** – instância superior imbricada no aparato teórico e institucional (a comunidade científica dos especialistas em Informação, as suas escolas, institutos, locais de trabalho e ainda os seus referentes políticos, ideológicos e culturais) – opera-se a permanente *construção do objecto científico e a delimitação da problemática da investigação*, ou seja, dá-se a reformulação constante dos parâmetros discursivos, dos paradigmas e dos critérios de cientificidade (objectividade, fidelidade e validade) que norteiam todo o processo de investigação.

No **pólo teórico** manifesta-se a racionalidade predominante do sujeito que conhece (se relaciona e se adequa com) o objecto, bem como a respectiva postulação de leis, formulação de conceitos operatórios, hipóteses e teorias (plano da descoberta) e subsequente verificação ou refutação do "contexto teórico" elaborado (plano da prova). Este pólo respalda a componente técnica e instrumental e dá sentido à explanação de resultados que consubstancia o pólo morfológico.

No **pólo técnico** o investigador toma contacto, por via instrumental, com a realidade objectivada. No domínio da Arquivística descritiva e da Biblioteconomia, tal como têm sido

praticadas, acumularam-se procedimentos técnicos canalizados para a representação formal da documentação e para o armazenamento, transferência, recuperação e difusão. Impõe-se a revisão do alinhamento destas técnicas dispersas e avulsas, porque neste pólo se joga a capacidade probatória (verificação ou refutação do "contexto teórico") do dispositivo metodológico, que nada tem a ver com uma mera "listagem" arrumada/classificada intelectualmente (à revelia da lógica indutiva e à maneira de um processo dedutivo inconsequente).

No **pólo morfológico** assume-se por inteiro a análise/avaliação e parte-se não apenas para a configuração do objecto científico, mas também para a exposição de todo o processo que permitiu a sua construção, relativamente à função de comunicação. Trata-se da organização e da apresentação dos dados, devidamente crivados no pólo teórico e aferidos no pólo epistemológico, o que ilustra, aliás, o pendor interactivo da investigação quadripolar.

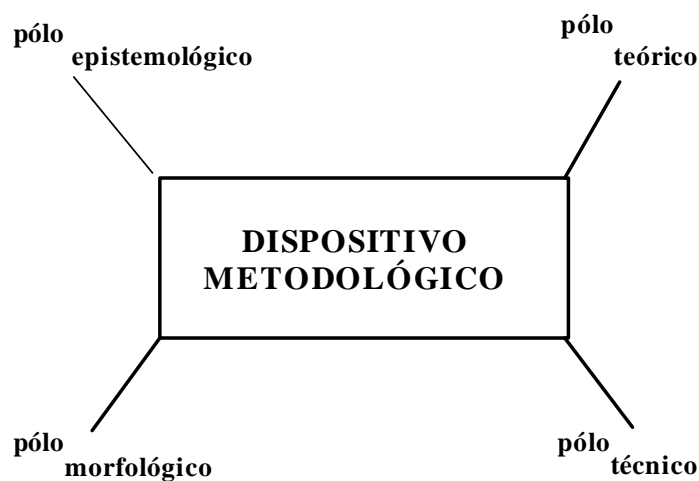


Figura 4 - Esquemática do MÉTODO QUADRIPOlar e interacção dos pólos
 Fonte: elaboração própria

Nesta dinâmica quadripolar de investigação assume particular relevância o pólo teórico, uma vez que ele suporta a componente técnica e instrumental e dá sentido à explanação de resultados que se consubstancia no pólo morfológico. Havendo, naturalmente, diferentes teorias e modelos que sustentam o modo de ver e de pensar o fenómeno/processo informacional (SILVA; RIBEIRO, 2002) manifestamos a nossa preferência pela Teoria Sistémica, que radica as suas origens nos estudos de Ludwig von Bertalanffy, desenvolvidos a partir dos anos vinte da centúria passada, dado que congrega uma visão holística e se ajusta bem ao universo complexo e difuso da Informação, como se comprova por exemplos vários da sua aplicação teórico-prática (RIBEIRO, 2004; MELLA, 1997).

No pólo técnico, que até agora as ciências ditas "documentais" sobrevalorizaram como sendo a essência do trabalho do profissional da informação, situam-se todos os procedimentos de carácter mais instrumental, destacando-se três operações maiores:

1ª – Observação directa e indirecta (de casos ou de variáveis)

Recolha exaustiva dos elementos histórico-institucionais, normativos e reguladores, e descrição da natureza e do funcionamento interno de qualquer Sistema de Informação (caso/casos) ou de qualquer tema supra/intercasuístico (variável/variáveis) através de diversas técnicas ou procedimentos, tais como o questionário, a entrevista, observação participante e a consequente elaboração de fichas de registo;

2ª – Experimentação

Num campo tendencialmente artificial, fechado e controlado (por contraste com o campo real, aberto e não controlado do estudo de caso), que se acentua em laboratório ou em simulação de computador, é imprescindível a formulação clara de um problema, a descrição das técnicas de análise e a apresentação dos instrumentos usados, dos equipamentos e meios científicos empregues. Se feita por amostragem apoia-se na análise estatística de acordo com a lógica dos testes de hipóteses.

3ª – Análise/Avaliação retrospectiva e prospectiva:

Enunciado genérico – sujeitar os resultados da *observação* e/ou da *experimentação* a um rigoroso exame que permita generalizações e o estabelecimento de analogias científicas. Decorre deste investimento operatório a confirmação ou infirmação dos conceitos em uso, das hipóteses e teorias preparadas para cada projecto de investigação e, em última instância, dos princípios gerais fixados no pólo teórico.

Enunciado complementar – a adaptação desta terceira operação ao campo científico da Informação implica a presença de outras operações subsidiárias, mas essenciais, que chegam a integrar em si a observação: a descrição, a análise de conteúdo e a indexação, e o controlo de autoridade. Todas estas operações contribuem para a (re)organização informacional entendida em *stricto sensu*: pôr em evidência as propriedades intrínsecas e intervir no processo (memória, transferência e uso) da Informação.

Sendo que o pólo epistemológico (referencial paradigmático) e o pólo teórico condicionam decisivamente a componente aplicacional da CI, que se inscreve, em pleno, nos pólos técnico e morfológico, é óbvio que a mudança de paradigma em curso e as teorias adoptadas (Teoria Sistémica, no nosso caso) implicam uma revisão do quadro tecnicista que tem sido o fundamento essencial das disciplinas aplicadas que integramos na CI. O método quadripolar implica uma visão holística e uma dinâmica investigativa em permanente avaliação e aperfeiçoamento, única perspectiva que dá sentido à construção de um conhecimento científico.

5 A ARQUIVÍSTICA NO CAMPO DA CI

De acordo com a perspectiva apresentada no ponto anterior, a Arquivística ganha um carácter de componente aplicada no campo mais vasto da CI e nesse sentido sintetizamos sua definição como segue:

Arquivística – é uma disciplina aplicada do campo da Ciência da Informação, que estuda os arquivos (sistemas de informação (semi-)fechados), quer na sua estruturação interna e na sua dinâmica própria, quer na interacção com os outros sistemas correlativos que coexistem no contexto envolvente.

Também em consonância com o exposto se pode aduzir uma definição para ‘arquivo’, que está em sintonia com esta perspectiva assumida para a Arquivística:

*Arquivo é um sistema (semi-)fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais - a natureza **orgânica** (estrutura) e a natureza **funcional** (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a **memória** – imbricado nos anteriores (SILVA et al., 1999).*

Da definição apresentada ressalta a indispensável caracterização interna do objecto próprio da disciplina científica em foco. Uma caracterização/representação que tem de ser tipológica, porque a simbiose dinâmica dos dois factores presentes na unidade ou na

totalidade arquivo pode-se pensar/representar, no plano meramente formal, através de vários tipos diferenciados que instauram o sistema de informação arquivo enquanto objecto de investigação já não empírica, mas sobretudo científica, racional e abstracta.

Se considerarmos, apenas, o *factor estrutura orgânica* verifica-se que o arquivo, sistema (semi-)fechado de informação, pode assumir duas configurações:

1.^a – o **unicelular** – é todo o sistema que assenta numa estrutura organizacional de reduzida dimensão, gerada por uma entidade individual ou colectiva, sem divisões sectoriais para assumir as respectivas exigências administrativas. Note-se que este tipo de sistema é permeável a uma forte pressão integradora, que leva à constituição de sistemas patrimoniais complexos, onde a informação arquivo se interliga com a informação biblioteconómica e com a museológica.

2.^a – o **pluricelular** – é todo o sistema que assenta numa média ou grande estrutura organizacional, dividida em dois ou mais sectores funcionais, podendo mesmo atingir uma acentuada complexidade. No caso de algumas entidades industriais, financeiras e governamentais surgem sub-sistemas dotados de certa autonomia orgânico-funcional, com reflexos no modo prático de gestão da informação. Note-se, contudo, que se podem, também, formar subsistemas, tendo por base estruturas unicelulares (é o caso das pessoas e de certas famílias).

Mas estas duas configurações possíveis resultam, apenas, do factor estrutura orgânica, insuficiente para que possamos ter, na sua plenitude, um sistema de informação. Por isso, há que ter em conta a actuação, articulada com a estrutura, do *factor serviço/uso*, de que resultam:

1.º – o **centralizado** – é todo o sistema (unicelular ou pluricelular) que opera o controlo da sua informação através de um único centro (onde se concentra fisicamente toda a informação) e que baseia o tratamento da mesma em critérios funcionais, ideográficos ou outros, que determinam a organização dos documentos e a elaboração de instrumentos de acesso.

2.º – o **descentralizado** – é todo o sistema pluricelular que, para obter maior eficácia, opta por um controlo da sua informação através da atribuição de autonomia aos seus vários sectores orgânico-funcionais e aos subsistemas, quando existem, e por um tratamento documental devidamente ajustado à descentralização praticada.

E quanto ao *factor memória*, há também a considerar duas situações:

1.º – o **activo** – é todo o sistema em que existe um regular funcionamento ou actividade da respectiva entidade produtora. Nesta situação, o arquivo tanto poderá fixar-se, materialmente, no seu *habitat* de origem (isto é, no seio da entidade produtora), compreendendo as diferentes fases da vida dos documentos – desde a origem à conservação definitiva –, como poderá estar, fisicamente, desmembrado. Geralmente, na situação de desmembramento, os documentos de idade mais recente mantêm-se no seu *habitat* original, servindo preferencial e quase exclusivamente, as necessidades informativas da entidade produtora; os documentos mais antigos, porque perderam o seu valor administrativo e porque, na maioria dos casos, a entidade produtora carece de espaço adequado à sua conservação e manutenção, são deslocados para um outro arquivo, que designamos por **especializado** (ou centro de arquivos)².

² O arquivo especializado constitui-se assim, como uma espécie de macro-sistema formado por um conjunto ilimitado de sistemas unicelulares centralizados, pluricelulares centralizados e pluricelulares descentralizados, todos autónomos.

Ao ser deslocada parte de um arquivo activo, isso não significa que haja desactivação do mesmo, ou que ele passe a constituir um arquivo diferente. Pelo contrário, ele continuará a ser “alimentado” pela documentação que vai perdendo utilidade administrativa. Exemplo, que mostra muito bem esta situação é os dos arquivos notariais ou dos

2.º – o **desactivado** – é todo o sistema que já não pertence a um organismo em pleno funcionamento. A entidade produtora cessou a sua actividade ou foi extinta, pelo que todo o sistema ficou encerrado ou estático. Nesta situação, a tendência mais comum é a de transferência dos arquivos desactivados para outros, os especializados ou centros de arquivos, que têm a função de enquadrar os conjuntos documentais que incorporam. Mas, uma vez aí, os arquivos desactivados devem permanecer como entidades individualizáveis, não se misturando ou “encaixando” em quaisquer novas estruturas. Pelo contrário, mantêm a sua unidade e organicidade próprias.

Da combinação dos três factores acima enunciados, podemos ter diferentes tipos de arquivos, a saber:

- Unicelular activo / Unicelular desactivado
- Pluricelular centralizado activo / Pluricelular centralizado desactivado
- Pluricelular descentralizado activo / Pluricelular descentralizado desactivado

E, ainda, o **especializado** ou centro de arquivos³, que é um sistema pluricelular criado especialmente para incorporar, salvaguardar e divulgar qualquer arquivo desactivado ou ainda para incorporar informação sem interesse administrativo (valor primário) proveniente de organismos em plena actividade. Note-se que há sistemas pluricelulares activos, que por razões estruturais próprias, se podem assumir, cumulativamente, como especializados (é o caso de um arquivo municipal).

Este tipo de arquivos, produto da Modernidade e das concepções iluministas e liberais, constitui, ainda hoje, a face mais visível da realidade arquivística, mas não a esgota, nem pode tão pouco condicionar o respectivo conhecimento científico. É certo que, no actual período de viragem, a Arquivística continua a ser pensada, praticada e difundida como a disciplina técnica que ensina a lidar com os “Serviços de Arquivo”, uma vez que o paradigma custodial, patrimonialista e tecnicista é ainda dominante. Mas, por força da revolução digital, as novas concepções estão paulatinamente a impor-se a a operar a transição paradigmática.

Após estas considerações sobre o objecto da Arquivística e suas configurações, resta-nos, para concluir, fazer referência à componente metodológica, particularmente ao que toca ao pólo teórico do método quadripolar. Neste pólo, uma vez ajustado à investigação arquivística, emerge, a racionalidade indutiva e há um vasto “material” acumulado empiricamente que, à luz do paradigma de cientificidade aqui perfilhado, pode ser convertido em “contexto teórico” disponível para projectos de investigação. Referimo-nos a um conjunto de leis ou princípios, formulados especificamente para o contexto arquivístico, embora passíveis de extrapolação para outros sistemas de informação. São eles:

- **o princípio da acção estruturante** – todo o Arquivo resulta de um acto fundador, individual ou colectivo, formal ou informal, que molda a estrutura organizacional e a sua especificidade funcional em evolução dinâmica.

- **o princípio da integração dinâmica** – todo o Arquivo integra e é integrado pela dinâmica do universo sistémico que o envolve (interligação e relação com outros sistemas conexos).

- **o princípio da grandeza relativa** – todo o Arquivo se desenvolve como estrutura orgânica simples (unicelular) ou complexa (pluricelular).

registos civis, que se encontram fisicamente desmembrados – nas entidades produtoras (Cartórios Notariais e Conservatórias do Registo Civil) e em Arquivos especializados (Arquivos Distritais).

³ A vigência do modelo romântico, nacionalista e centralizador, desenvolvido na Europa após a Revolução Francesa (1789), justificou a criação de grandes estruturas especializadas na concentração, na custódia e na divulgação de arquivos autónomos num mesmo espaço privilegiado de memória, indispensável à História da Nação. Essas estruturas, produto genuíno da Modernidade, foram concebidas, artificialmente, sobrepondo-se aos factores ‘estrutura orgânica’ e ‘serviço/uso’.

- **o princípio da pertinência** – todo o Arquivo disponibiliza informação que pode ser recuperada segundo a pertinência da estrutura organizacional

Estes princípios derivam do “património” adquirido, no qual se inscreve a representação tipológica do objecto e, importa sublinhá-lo, inserem-se no paradigma da Arquivística científica, tal como os princípios do “respeito pelos fundos” e do “respeito pela ordem original” se inseriam no anterior paradigma custodial, historicista e tecnicista.

Tal “património” tem de ser incluído necessariamente na formulação dos conceitos operatórios, das hipóteses e das teorias explicativas dos casos, indutivamente abordados, e revisto obrigatoriamente na fase probatória, isto é, de permanente verificação ou refutação das noções gerais, fundadoras de uma compreensão e inteligibilidade universalizantes.

Archival Science as an Applied Branch of Information Science

Abstract

In spite of archives have ancient roots, that can be confused with the origins of the writing itself, Archival Science as a discipline only in the 19th century began to be settled in the scope of historicism and positivism and in a perspective of “auxiliary science” of History. This historical and custodial perspective gained new shapes by the end of the century, because of the importance of technicism that has been improved along the 20th century, by the effect of social, economic and cultural conditions, derived from the technological revolution in progress. In this paper the traditional paradigm, designated as historicist, custodial and technicist, is put forward to a new and emergent paradigm, named post-custodial, informational and scientific, that understands this discipline as an applied branch of Information Science's field. The epistemological, theoretical and methodological groundings of the proposed view are exposed.

Keywords: Archival Science. Information Science. Paradigm.

Artigo recebido em 30/03/2011 e aceito para publicação em 21/04/2011

REFERÊNCIAS

BORKO, Harold. Information Science - what is it? **American Documentation**. Washington. v. 19, n.1, Jan. 1968.

DE BRUYNE, P.; HERMAN, J.; DE SCHOUTHEETE, M. **Dynamique de la recherche en sciences sociales de pôles de la pratique méthodologique**. Paris : P.U.F. 1974.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Trad. de Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. 2. ed. Brasília : Briquet de Lemos – Livros. 2004.

LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérard. **Investigação qualitativa : fundamentos e práticas**. Lisboa : Instituto Piaget. 1994.

LYON, David. **A Sociedade da informação**: questões e ilusões. Oeiras: Celta Editora. 1992.

MELLA, Piero. **Dai Sistemi al pensiero sistémico**: per capire i sistemi e pensare com i sistemi. Milano: Franco Angeli. 1997.

MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. Handleiding voor het ordenen en beschrijven van de vereniging van archivarissen. Groningen: Erven B. van der Kamp. Trad. brasileira de Manoel Adolpho Wanderley, sob o título: **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1973.

RIBEIRO, Fernanda. Informação: um campo uno, profissões diversas? In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 8, Estoril, 2004 - Nas encruzilhadas da Informação e da Cultura: (re)inventar a profissão : actas. [CD-ROM]. Versão em Word para Windows XP. Lisboa: BAD, 2004. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo4181.pdf>>.

SILVA, Armando Malheiro da. **A Informação**: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Das "ciências" documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, Armando Malheiro da et al. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento. 2002.